

LA CONTRIBUÇÃO DE MARC BLOCH E DE FERNAND BRAUDEL PARA O PROJETO DE RENOVAÇÃO HISTÓRICA DOS *ANNALES*

I. MARC BLOCH'S AND FERNAND BRAUDEL'S CONTRIBUTIONS TO THE HISTORICAL RENOVATION PROJECT OF *ANNALES*

Marcelo Augusto Pirateli¹

Recebido em: 16/04/2019
Aprovado em: 01/07/2019

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a contribuição de Marc Bloch e Fernand Braudel para o projeto de renovação histórica dos *Annales*. Marc Bloch em sua *Apologia da História* faz uma defesa da história e procura apresentar o historiador enquanto um homem de ofício, qual a sua prática de trabalho e seus objetivos, ou seja, define a história e como o historiador deve exercer o seu ofício. Fernanda Braudel, representante dos segundos *Annales*, no artigo *História e ciências sociais: a longa duração* apresenta a definição da teoria dos diferentes tempos e a perspectiva metodológica da longa duração.

PALAVRAS-CHAVE: História. *Annales*. Marc Bloch. Fernand Braudel.

ABSTRACT: This article intends to present a discussion on Marc Bloch's and Fernand Braudel's contributions to the historical renovation project of *Annales*. Marc Bloch, in his *The Historian's Craft*, defends the History and also aims to present the historian as a craft person, and what his/her working practices and objectives are, defining History and how the historian should perform his/her work. Fernand Braudel, representative of the second *Annales*, in the article called *History and Social Science: The Long Duration*, presents the definition of the different times as well as the methodological perspective of the long duration.

KEYWORDS: History. *Annales*. Marc Bloch. Fernand Braudel.

INTRODUÇÃO

¹ Professor de História do Pensamento Jurídico da Faculdade Maringá. Doutor em Educação pela linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Este trabalho tem como objetivo fazer uma discussão sobre a contribuição de Marc Bloch e Fernand Braudel para o projeto de renovação historiográfica dos *Annales*. Para tanto, optou-se pela leitura dos textos clássicos desses autores: a *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, de Marc Bloch, e o artigo *História e Ciências Sociais: a Longa Duração*, de Fernand Braudel.

Antes de discorrer sobre as contribuições teórico-metodológicas de Bloch e Braudel, é preciso apresentar algumas considerações sobre a novidade da representação do tempo histórico nos *Annales*.

O que fundamenta um método histórico é a representação do tempo histórico. Portanto, o que distingue os diferentes projetos históricos é esta representação. Uma escola histórica somente pode ser considerada original na medida em que apresenta uma nova representação do tempo histórico, por isso que a filiação a uma determinada corrente historiográfica não consiste apenas na escolha de objetos e métodos, mas depende também da opção do registro da temporalidade (REIS, 2006).

O historiador, em seu ofício, deve se interessar pela vida humana e suas diferenças no tempo, isto é, uma compreensão do percurso dos homens em sua experiência. Cabe ao historiador estruturar sua visão a partir de uma representação do tempo histórico, assim como ser capaz de fazer uma articulação entre o tempo histórico e o conhecimento histórico e compreender, desse modo, os homens em suas mudanças. Portanto, o conhecimento histórico somente é possível quando fundamentado em uma concepção de tempo histórico (ROJAS, 2001).

O tempo histórico é uma abstração e existe em relação a uma determinada época histórica. Portanto, o que existe é um tempo histórico é uma representação histórica. E não há apenas uma única representação do tempo histórico, que se constrói a partir de sujeitos históricos situados em um determinado momento e numa dada sociedade. Desse modo, podemos dizer que uma escola histórica ou uma mudança/renovação em história apresenta uma nova visão sobre a representação do tempo histórico, possibilitando assim a renovação teórico-metodológica da história. A partir desse fundamento é que se estabelecem os novos objetos, novos problemas e elaboram-se novas abordagens. Uma

nova história surge somente a partir de uma mudança essencial na representação do tempo histórico. Toda investigação histórica deve ter por base o tempo histórico.

Os *Annales* promoveram uma renovação teórico e metodológica na história frente à história tradicional na medida em que construiu uma nova representação do tempo histórico. Possibilitando, portanto, novas condições para o conhecimento histórico e as mudanças humanas no tempo, contribuindo com um novo olhar para a história (BURKE, 2002).

Outro aspecto essencial de seu projeto histórico foi a relação como as ciências sociais se sustentam por esse novo olhar temporal. A contribuição das ciências sociais para uma abordagem do social vai de encontro com a história tradicional, tornando-se incompatível com sua visão de história enquanto uma construção linear. As ciências sociais oferecem o conceito de estrutura social que torna-se importante para os *Annales* e para uma abordagem estrutural do tempo histórico.

Apesar de haver diferenças dos principais autores dos *Annales*, podemos apontar uma perspectiva comum a todos nesse projeto de renovação histórica, isto é, a perspectiva da longa duração e a superação do evento (BURKE, 1992).

Os *Annales*, em seu projeto, ampliou seus objetos, fontes e técnicas historiográficas devido à nova proposta teórica da história-problema. Agora a investigação histórica parte do problema, sendo o historiador aquele que procura as respostas a partir dos problemas estabelecidos. Sem o historiador, isto é, sem o sujeito da pesquisa não há história. Partindo do problema proposto o historiador será o intérprete dos processos históricos, do passado. Não é um mero sujeito passivo que se restringe aos documentos. Os *Annales* em sua novidade teórica na concepção de história-problema se concretiza enquanto uma oposição à história tradicional de caráter narrativo, ou seja, com os *Annales* a pesquisa histórica se converte na verificação das hipóteses e respostas possíveis aos problemas propostos pelo historiador, que explica a partir de seus pressupostos e conceitos, assim como de seu lugar social, isto é, do presente. A partir do problema o historiador interroga e analisa as fontes lhe dando significados e elabora o texto histórico, portanto uma construção teórica.

MARC BLOCH: A DEFESA DA HISTÓRIA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

Por sua trajetória intelectual, podemos destacar Marc Bloch como um dos historiadores mais importantes do início do século XX, não por acaso, mas devido sua contribuição e de sua compreensão de como deveria ser o ofício do historiador (LE GOFF, 2012). Não obstante, em projeto para uma renovação teórica dos estudo históricos, possibilitou a abertura de novos campos, modelos teóricos, novos conceitos e teorias historiográficas.

Rompeu com a história erudita e positivista dominante de seu tempo, quando, em 1929, ao lado de Lucien Febvre, funda os *Annales d'Histoire Economique et Sociale* (ROJAS, 2001).

Para Bloch, a história como era feita não poderia ser vista como uma ciência, fazendo uma crítica de seu caráter descritivo e acumulativo. Para ele, seria necessário elaborar dentro dos estudos históricos um método analítico e o estabelecimento de problemáticas, uma análise dos acontecimentos, sendo dessa forma que seriam constituídos os fenômenos de estudo para o historiador.

Em seu trabalho como historiador, destaca-se a influência da obra de Henri Pirenne, no que se relaciona às implicações e validade do método comparativo na história, assim como um modelo de história interpretativa e crítica que deve estar atenta não somente de marcos delimitados, mas preocupada com os fatos econômicos na história. Essa característica marca os primeiros *Annales* (1929-1941).

Marc Bloch constrói um modelo que procura explicar os fenômenos culturais a partir de um registro múltiplo de várias dimensões, o que possibilita a compreensão de sua complexidade e evolução, apresentado, portanto, uma história cultural original, que acaba substituindo a hegemonia historiográfica alemã por uma nova hegemonia historiográfica; projeto que consolida com a fundação dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. A revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre demarca os

novos rumos de uma história econômica e de uma história social na França (BURKE, 1992).

Os primeiros *Annales* promovem uma crítica radical e uma desconstrução teórica da história positivista, dominante no campo historiográfico francês, conduzindo, desse modo, uma transformação na teoria da história. Essa transformação conduziu a uma nova compreensão do objeto de estudo da história e dá sentido de seu exercício, possibilitando, portanto, o estabelecimento de um novo conjunto de teorias e conceitos históricos, assim como de novos temas e campos de investigação.

Para o historiador é fundamental compreender as teses de Marc Bloch na *Apologia da História* para entender o que podemos denominar de verdadeira história crítica e para podermos debater a função social do historiador e seu compromisso com o presente e com os acontecimentos históricos.

Marc Bloch começa seu livro afirmando que se depara diante da seguinte interrogação: para que serve a história? Assim como qual a sua legitimidade. Sem dúvida uma questão fundamental para a nossa civilização que “sempre esperou muito de sua memória. Tudo levava a isso: tanto a herança cristã como a antiga. Os gregos e os latinos, nossos primeiros mestres, eram povos historiográficos. O cristianismo é uma religião de historiador” (BLOCH, 2012, p. 42). Não obstante, a história, para um grande número de pessoas, além de interessante é apaixonante, ainda mais para os historiadores, razão inclusive pela escolha de seu ofício.

Desejaria sobretudo vê-los participar, em número cada vez maior, dessa história ao mesmo tempo ampliada e aprofundada [...]. Se meu livro puder ajuda-los, terei a sensação de que não foi absolutamente inútil. Há nele, confesso, um lado de programa (BLOCH, 2012, p. 49).

A história é fundamental para o pleno desabrochar dos homens. Uma ciência parecerá incompleta se não contribuir para um viver melhor. A história é essencial na medida em que seu trabalho pode beneficiar os homens, ainda mais que tem como seu objeto o próprio homem e seus atos.

A questão central que se coloca gira em torno dos problemas que são colocados ao historiador, por isso a discorrer sobre “como e por que um historiador pratica seu ofício” (BLOCH, 2012, p. 46).

Não é fácil compreender a história, pois é uma ciência em movimento. Antiga enquanto narrativa, mas ainda jovem enquanto um empreendimento racional de análise.

Tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois das seduções da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçados em sendo comum (BLOCH, 2012, p. 47).

Não é necessário impor a todos os objetos do conhecimento um modelo intelectual uniforme, como ocorre, por exemplo, nas ciências naturais. A história, como uma das ciências humanas, sem deixar de obedecer as regras da razão, não precisa renunciar a sua originalidade.

História significa pesquisa desde suas origens na antiguidade, no entanto o seu conteúdo se modificou. A nossa história não é mesma que praticavam os gregos. Desse modo, segundo Bloch, se que coloca a questão: qual é a nossa história?

Marc Bloch aponta que a história não pode ser entendida enquanto a ciência do passado. O passado não pode ser objeto da ciência. Os diversos atos dos homens, em função de necessidades coletivas, “que apenas uma certa estrutura social torna possíveis. [...] a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente ‘histórico’” (BLOCH, 2012, p. 53).

A intervenção da história se justifica na medida do surgimento do que é humano, por isso o objeto da história é o homem.

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria tempo. [...] o tempo da história, ao contrário, é o próprio

plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos. Sejam dois períodos sucessivos, recortados na sequência ininterrupta das eras. Em que medida – o vínculo que estabelece entre eles o fluxo da duração prevalecendo ou não sobre a dessemelhança resultante dessa própria duração – devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente? (BLOCH, 2012, p. 55-56).

Um grande adversário da verdadeira história é o julgamento. O historiador precisa ter cuidado na prática de seu ofício, enquanto intérprete da atividade humana, para não confundir uma explicação com uma afiliação. A história religiosa serve de exemplo:

Uma coisa é, para a inquieta consciência que busca uma regra para si, fixar sua atitude em relação à religião católica, tal como é definida cotidianamente; outra coisa é, para o historiador, explicar o catolicismo do presente como um fato de observação. Indispensável, é claro, a uma correta percepção dos fenômenos religiosos atuais, o conhecimento de seus primórdios não basta para explicá-los. A fim de simplificar o problema, chegamos a renunciar a nos perguntar até que ponto, sob um nome que não mudou, a fé, em sua substância, permaneceu realmente imutável. Por mais intacta que suponhamos uma tradição, faltará sempre apresentar as razões de sua manutenção. Razões humanas, é claro; a hipótese de uma ação providencial escaparia à ciência. A questão, em suma, não é mais saber se Jesus foi crucificado, depois ressuscitado. O que agora se trata de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor criem na Crucificação e na Ressurreição (BLOCH, 2012, p. 58).

O problema de alguns autores é que procuram compreender o presente desligado do passado. Contrariamente, Goethe disse que não existe presente, apenas um devir. Michelet advertia que aqueles que se restringissem ao presente, ao atual, não

conseguiriam compreender o atual. Retomando Leibniz, a realidade seria melhor compreendida a partir de suas causas (BLOCH, 2012). Ocorre que as revoluções das técnicas ampliaram o intervalo psicológico entre as gerações, isto é, os homens de agora se sentem mais distante dos homens do passado, acreditando não serem mais determinados por aqueles.

[...] a ideia desse cisma surgiu recentemente. Os velhos historiadores gregos, um Heródoto, um Tucídides, [...], os ancestrais cujas imagens merecerão eternamente figurar na *cella* da corporação, jamais imaginaram que, para explicar a tarde, bastasse conhecer, no máximo, a manhã (BLOCH, 2012, p. 62).

A ignorância do passado prejudica a compreensão do presente.

Entre as coisas passadas, enfim, aquelas mesmas [...] que, parece, deixaram de comandar o presente, vamos considerá-las, por esse motivo, inúteis à sua compreensão? Seria esquecer que não existe conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação. [...] é preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer. Portanto, acreditamos compreender estes homens estudando-os apenas em suas reações diante das circunstâncias particulares de um momento? Mesmo para o que eles são nesse momento, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, podem despertar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas permanecerão na sombra. Uma experiência única é sempre impotente para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte, para fornecer sua própria interpretação (BLOCH, 2012, p. 65).

O que há é uma ciência dos homens no tempo designada pelo nome de história. E um conhecimento total da humanidade é inviável por um único historiador. Portanto, a história verdadeira, universal, só pode ser feita pela ajuda mútua. “Uma ciência,

entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos. [...] Isto é colocar o problema da observação histórica” (BLOCH, 2012, p. 68).

Sobre a caracterização da observação histórica, o primeiro ponto é de que o historiador está impossibilitado de constatar os fatos que estuda, ou seja, o conhecimento do passado, em contraste do conhecimento do presente, seria indireto.

No entanto, “[...] todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância” (BLOCH, 2012, p. 70). O investigador do presente não está melhor favorecido do que o historiador. O conhecimento dos fatos humanos no passado, são construídos no presente, por meio de vestígios. Sejam eles objetos, como, por exemplo, descobertas arqueológicas ou relatos escritos por testemunhas de uma cena antiga são vestígios, documentos, aquilo que nós é perceptível.

Pouco importa que o objeto original se encontre, por natureza, inacessível à sensação, como o átomo cuja trajetória é tornada visível na câmara de Wilson, ou que assim tenha se tornado só no presente, por efeito do tempo, como o limo, apodrecido há milênios, cuja impressão subsiste no bloco de hulha, ou como as solenidades, caídas em longo desuso, que vemos pintadas e comentadas nas paredes dos templos egípcios. Em ambos os casos, o procedimento de reconstituição é o mesmo e todas as ciências oferecem muitos exemplos disso (BLOCH, 2012, p. 73).

Não há possibilidade de voltar no tempo. Mas sim a capacidade cognitiva de investigar os materiais fornecidos pelas gerações do passado. Não há diferenças, quanto ao método, na investigação sobre o passado mais recente ou remoto.

O passado não se modifica. O que está em construção é o conhecimento do passado, que constantemente está em transformação e desenvolvimento. “[...] os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano.

Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece, conscientemente ou não” (BLOCH, 2012, p. 75).

Segundo Marc Bloch, é possível dividir os documentos históricos em dois tipos ou categorias, isto é, os testemunhos voluntários e os involuntários. Os testemunhos resolutamente voluntários se referem aos escritos cujos autores tiveram deliberadamente a intenção de transmitir aos seu leitores informação que, hoje, sem dúvida são importantes ao historiador. Na categoria dos testemunhos involuntários são classificados os testemunhos à revelia, como, por exemplo, as moedas e utensílios ou mesmo registros militares confidenciais, dentre outros. Esses indícios não premeditados, não destinados a leitores, também são caros a investigação histórica.

[...] nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. [...] Entre a vida dos santos da alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem nos retrair. Interroguemolas, ao contrário, sobre as maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que forma escritas, todas as coisas que o hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor. Vamos achá-las de um valor inestimável. Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos portanto pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer (BLOCH, 2012, p. 78).

Uma pesquisa histórica não pode ficar presa somente às palavras de suas testemunhas, ou seja, é necessário saber interrogá-las e fazê-las falar. Os textos e documentos não falam, por isso é necessário saber interrogá-los, caso contrário nos dirá pouco. Toda pesquisa histórica precisa de uma direção. A variedade dos testemunhos históricos são quase incontáveis, pois tudo que o homem diz, escreve, fabrica, faz se converte em uma informação sobre ele.

[...] é indispensável que o historiador possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício. Nenhum remédio então senão substituir a multiplicidade de competências em um mesmo homem por uma aliança de técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas todas voltadas para a elucidação de um tema único. Esse método supõe o consentimento no trabalho por equipes. Exige também a definição prévia, por comum acordo, de alguns grandes problemas predominantes (BLOCH, 2012, p. 81).

Um estudo histórico deve ter uma explicação de como se chegou ao conhecimento do que pretende apresentar. Como se deu a busca dos documentos necessários para o seu empreendimento.

Entre as causas que fazem o sucesso ou o fracasso da caça aos documentos e os motivos que tornam esses documentos desejáveis, nada há, em geral, de comum: é o elemento irracional, impossível de eliminar, que confere a nossas pesquisas um pouco desse trágico interior em que tantas obras do espírito veem talvez, com seu limites, uma das razões secretas de sua sedução (BLOCH, 2012, p. 86).

O historiador não pode aceitar cegamente todos os testemunhos históricos, pois nem todos os relatos são verdadeiros e nem todos os vestígios materiais são autênticos. Compete ao historiador indagar a afirmação contida em um documento, verificar sobre sua proveniência, verificar sua honestidade.

Os livros qualificados de “mosaicos” são realmente de Moisés? E de Clóvis, os diplomas que trazem seu nome? O que valem os relatos do Êxodo? Aí reside o problema. Mas, à medida que a história foi levada a fazer dos testemunhos involuntários um uso cada vez mais frequente, ela deixou de se limitar a ponderar as informações que eles não tencionavam fornecer (BLOCH, 2012, p. 95).

Quanto ao testemunho, o historiador deve estar atento às falsificações e aos erros. Muitos documentos foram falsificados com a finalidade de reproduzir as disposições autênticas que haviam sido perdidas.

Outra forma é a manipulação dos documentos autênticos com acréscimos e detalhes inventados. Além disso, há as testemunhas que se enganam, pois os testemunhos podem ser expressões de lembranças, ou seja, erros de percepção ocorrem pelos erros da memória.

[...] muitos acontecimentos históricos só puderam ser observados em momentos de violenta perturbação emotiva ou por testemunhas cuja atenção, ora solicitada tarde demais, quando havia surpresa, ora retida pelas preocupações com a ação imediata, era incapaz de incidir com intensidade suficiente sobre as características às quais o historiador, com razão, atribuiria atualmente um interesse preponderante (BLOCH, 2012, p. 104).

O historiador, na crítica do testemunho, exercerá um trabalho de sensibilidade. No entanto, deve ser visto como um artesão racional na medida que repousa sobre uma prática metódica. Só é possível interpretar um documento integrado em sua cronologia.

Foi aproximando os diplomas merovíngios seja entre si, seja de outros textos, de época ou de natureza diferente, que Mabillon fundou a diplomática; foi da confrontação dos relatos evangélicos que nasceu a exegese. Na base de quase toda a crítica inscreve-se um trabalho de comparação (BLOCH, 2012, p. 109).

As ciências se mostraram mais fecundas e adequada para a prática quando não se pautaram em julgamento. O que deve iluminar a ciência, a pesquisa histórica, é a compreensão.

Isso não significa passividade, ausência de escolha. O historiador escolhe e analisa. Para fazer história é “preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem” (BLOCH, 2012, p. 128).

O historiador se utiliza, portanto, da abstração. Nenhuma ciência pode prescindir dela, nem mesmo da imaginação. Um conceito abstrato criado se refere, portanto, a um rótulo, a uma classificação que procura agrupar os fatos a partir de um ordenamento que seja útil para o conhecimento. A dificuldade da história está no fato de que sua preocupação é a consciência humana, as relações que os homens estabelecem entre si.

A questão da classificação está relacionada ao problema da nomenclatura, pois qualquer análise tem por base uma linguagem que possibilite e precise os fatos que não produza equívocos. Essa é uma questão problemática para os historiadores.

Os documentos tendem a impor sua nomenclatura; o historiador, se os escuta, escreve sob o ditado de uma época cada vez diferente. Mas pensa, por outro lado, naturalmente segundo as categorias de sua própria época; por conseguinte, com as palavras desta: quando falamos de patrícios, um contemporâneo do velho Catão nos teria compreendido; o autor, em contrapartida, que evoca o papel da “burguesia” nas crises do Império Romano, como traduziria em latim o nome e a ideia? (BLOCH, 2012, p. 136).

A história não tem um sistema de símbolos desvinculado da língua vernácula. O historiador se expressa com as palavras da língua do seu país e, quando se depara com outros idiomas modernos ou antigos, precisa traduzi-los. Esse ponto não se coloca como um grande problema, no entanto, quando precisa apresentar, por exemplo, os costumes inerentes de uma dada sociedade, acaba se deparando com um complicado obstáculo.

[...] o vocabulário dos documentos não é, a seu modo, nada mais que um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas, como todos os testemunhos, imperfeito; portanto, sujeito à crítica. Cada termo importante, cada figura de estilo característica, torna-se um verdadeiro instrumento de conhecimento, bastando ser confrontado uma única vez com seu ambiente; recolocado no uso da época, do meio ou do autor; protegido, sobretudo, quando sobreviveu por muito tempo contra o perigo, sempre presente, do contrassenso do anacronismo (BLOCH, 2012, p. 142).

Para a análise histórica também se faz recortes e divisões cronológicas. A história distingue agora os séculos a partir de pontos fixados e não mais a partir de seu heróis, como outrora.

A verdadeira exatidão consiste em se adequar, a cada vez, à natureza do fenômeno considerado. Pois cada tipo tem sua densidade de medida particular e, por assim dizer, seu decimal específico. As transformações da estrutura social, da economia, das crenças, do comportamento mental não seriam capazes, sem um desagradável artifício, de se dobrar a uma cronometragem muito rígida (BLOCH, 2012, p. 150).

Os historiadores pensam e interrogam para decifrar as causas. O historiador não pode cair no erro da causa única. Deve buscar as causas.

Podemos dizer que o livro *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* pode ser entendido como uma síntese metodológica das primeiras lições abarcadas nos primeiros *Annales*.

Importa considerar que Marc Bloch elabora a dimensão metodológica desse projeto concretizado no *Annales*, com os novos paradigmas de uma história interpretativa, comparativa (método comparativo), global, a partir de uma concepção enquanto história problema e como história em construção.

Em seu livro *Apologia da História*, Bloch explicita sua preocupação com os problemas de ordem geral que cabe ao historiador, tendo em vista a sua compreensão de que a história é uma ciência da obra dos homens no tempo que busca compreender os mecanismos de modalidades de mudança histórica, assim como refletir a função e as consequências sociais do trabalho do historiador.

A PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO HISTÓRICA EM BRAUDEL

Depois da ruptura entre Marc Bloch e Lucien Febvre, pode-se destacar um fase de transição nos *Annales*, sendo que a revista passou a ser dirigida por Febvre. No entanto, não se caracterizou como um novo período porque não se verificou uma mudança radical no projeto dos primeiros *Annales*, no que se refere às questões teóricas, epistemológicas e metodológicas, ainda que pode se destacar que, a partir da direção de Febvre, ganha maior destaque a história-problema e o tratamento de uma história cultural e do diálogo entre a história e as ciências sociais como base para uma história global (ROJAS, 2001). O espírito histórico fundamentalmente é crítico, mas também é reconstrutivo.

[...] a história se nos aparece como um espetáculo fugidio, movediço, feito do entrelaçamento de problemas inextrincavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, com aspectos diversos e contraditórios. Como abordar e fragmentar essa vida complexa, para poder apreendê-la ou ao menos aprender alguma coisa dela? (BRAUDEL, 2013, p. 22).

É necessário abordar em si mesma as realidades sociais, isto é, todas as formas de vida coletiva, as economias, as instituições e as arquiteturas sociais, sobretudo as civilizações.

Não há um tempo social com uma única e simples corrente, mas um tempo social com mil velocidades, com mil lentidões que quase nada têm a ver com o tempo jornalístico da crônica e da história tradicional. Creio assim na realidade de uma história particularmente lenta das civilizações, nas suas profundezas abissais, nos seus traços estruturais e geográficos. Por certo, as civilizações são mortais nas suas florações mais preciosas; por certo, elas brilham, depois se extinguem, para reflorir sob outras formas. Mas essas rupturas são mais raras, mais espaçadas do que se pensa. E sobretudo, elas não destroem tudo igualmente. Quero dizer que, em tal ou tal área de civilização, o conteúdo social pode renovar-se duas ou três vezes quase inteiramente sem atingir certos traços profundos de estrutura que continuarão a

distingui-la fortemente das civilizações vizinhas (BRAUDEL, 2013, p. 25).

Os historiadores passam e se deparam com uma nova história cujo tempo não corresponde mais à harmonia das antigas medidas. Uma nova história torna-se possível a partir de ampla documentação que possa responder às novas questões, cuja solução se assenta no trabalho em equipe (BRAUDEL, 2013).

A questão da continuidade e descontinuidade do destino social se apresenta como um problema da história. Os recorte ou delimitações que separam os destinos da humanidade depende da história: “[...] a história, durante esses últimos anos, se enriqueceu com aquisições e contribuições de suas vizinhas. Verdadeiramente ela construiu com eles um novo corpo” (BRAUDEL, 2013, p. 33).

Surge uma nova perspectiva com os trabalhos de Fernand Braudel, que caracterizam o que pode ser denominado de segundo *Annales*. Braudel introduz a problemática da história das civilizações, o vínculo entre a história com outras ciências como a economia, a geografia e a sociologia bem como suas reflexões sobre os tempos históricos e a perspectiva de longa duração histórica.

Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-se há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto. Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história de longa, e mesmo, de longuíssima duração. [...] é de uma à outra, de um polo ao outro do tempo, do instantâneo à longa duração que se situará nossa discussão (BRAUDEL, 2013, p. 44-45).

A obra de Braudel acaba, portanto, definindo as características específicas dos segundos *Annales*, esse novo projeto intelectual entre 1956 e 1968. As características deste novo perfil são concretizadas no artigo escrito por Braudel intitulado *História e*

ciências sociais: a longa duração. Neste texto, Braudel expõe qual a história a ser defendida nos *Annales*; e, assim como a *Apologia da História* de Marc Bloch, pode ser visto como a síntese do projeto dos primeiros *Annales*, o artigo sobre a defesa de uma perspectiva global da longa duração histórica como o texto do projeto intelectual dos segundos *Annales*, daí, portanto, seu caráter programático.

Uma razão a mais para assinalar com vigor, no debate que se instaura entre todas as ciências do homem, a importância, a utilidade da história, ou, antes, da dialética da duração, tal como ela se desprende do mister, da observação repetida do historiador; pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem (BRAUDEL, 2013, p. 43).

Em seu artigo, Braudel apresenta as diferentes temporalidades histórico-sociais, destacando as realidades de longa duração, assim como procura desconsiderar a noção moderna da temporalidade cuja concepção seria de um tempo único, homogêneo. Para Braudel, a temporalidade histórico-social é múltipla, heterogênea, isto é, deve-se levar em consideração a existência de múltiplos tempos tanto quanto as realidades históricas. Cabe, portanto, aos historiadores, a investigação e análise das durações históricas, tendo em conta os tempos variáveis ligados aos acontecimentos e processos sociais (BRAUDEL, 2013).

As durações ou tempos diferenciados, para Braudel, podem ser compreendidos a partir de três níveis, isto é, do acontecimento ou tempo curto, o da conjuntura ou tempo médio e aquilo que entendia como plano das estruturas, que são os processos do tempo longo. A partir desta compreensão das durações é possível determinar os diversos fatos históricos. Desse modo, os historiadores tradicionais e os historiadores positivistas, segundo Braudel, se preocuparam com os fatos imediatos, instantâneos e curtos.

[...] o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como política. [...] à primeira apreensão, o passado é essa massa de fatos miúdos [...], esses mesmos fatos que constituem, na atualidade, o despojo cotidiano da micro-sociologia ou sociometria (há também uma micro-história). Mas essa massa não forma toda a realidade, toda a espessura da história sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar à vontade. A ciência social tem quase horror do evento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. Onde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional” (BRAUDEL, 2013, p. 45-46).

Diferentemente, os historiadores econômicos e sociais investigaram os fenômenos de conjuntura, dos fatos que perduraram por anos e décadas que envolvem os eventos do tempo de curta duração, ou seja, um tempo médio das conjunturas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Se aceitarmos que essa superação do tempo curto foi o bem mais precioso, porque o mais raro, da historiografia dos últimos cem anos, compreenderemos o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações, e, graças à arqueologia, a qual necessita de vastos espaços cronológicos, o papel de vanguarda dos estudos consagrados à Antiguidade Clássica (BRAUDEL, 2013, p. 47).

E desse tempo médio das conjunturas consistem os elementos estruturais da longa duração histórica que correspondem aos processos seculares e/ou milenares das realidades mais duradouras e profundas de uma sociedade. Os traços e perfis de um civilização é um exemplo dessas realidades e estruturas de longa duração.

Nosso tempo é medida, como o dos economistas. Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura não cessa de se destruir senão para se reconstruir, aceitamos de bom grado a explicação que a observação histórica confirma de resto. Mas quiséramos, no eixo de nossas exigências habituais, saber a duração precisa desses movimentos, positivos ou negativos. Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, se medem. Uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo, através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador, é o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura: coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos (BRAUDEL, 2013, p. 73).

Esse ponto de vista da longa duração histórica, além de consistir no ponto de originalidade do segundos *Annales* da era de Braudel, também possibilitou o aprofundamento do paradigma herdado dos primeiros *Annales* e a sua superação a partir desta nova perspectiva que é a longa duração. Essa perspectiva da longa duração tem como objetivo compreender as realidades lentas que se repetem na história e que somente se desestruturam lentamente. Também possibilita a utilização do método comparativo por períodos prolongados de tempo, contemplando assim um número maior de fenômenos possíveis de comparação. Braudel concentra sua atenção no registro e explicação dos elementos mais duráveis, profundos e determinantes da história das sociedades. Com a longa duração, a história pôde ampliar os modos de acesso à comparação e aprofundar os postulados da história problema dos primeiro *Annales*, possibilitando a investigação histórica um amplo terreno de problemas na construção da ciência histórica.

Portanto, podemos estabelecer como marco dos segundos *Annales* o artigo *História e ciências sociais: a longa duração* (1958) de Braudel por apresentar a definição da teoria dos diferentes tempos e a perspectiva metodológica da longa

duração, assim como a reflexão de uma conjuntura geral, dos aspectos econômicos e sociais das sociedades europeias e investigações de história econômica e história social que, não obstante, apoiadas na estatística e quantificação, possibilitará a história quantitativa e, posteriormente, na história serial.

Braudel não deixou de se posicionar sobre as duas tendências que vigoravam no meio intelectual francês, isto é, o marxismo e o estruturalismo. Em seu artigo, frente ao pensamento marxiano e aos marxistas, Braudel deixa uma aberta possibilidade de colaboração, na medida que essa tendência intelectual mantém semelhança em aspectos metodológicos e epistemológicos e lidam com questões da história econômica e história social ainda que os segundo *Annales* e Braudel em seu projeto da história construíram uma ciência histórica diferente daquela desenvolvida pelos marxistas. No entanto, Braudel, em seu texto, indica aspectos importantes na obra de Marx, como, por exemplo, sua percepção da longa duração histórica. Quanto ao estruturalismo francês, os *Annales* da longa duração marcam uma oposição radical na medida em que essa tendência intelectual se apresenta a partir de uma postura a-histórica. Braudel e, antes dele, Lucien Febvre, em sua oposição ao estruturalismo, postula a necessidade do entendimento histórico dos fenômenos sociais. Importa considerar que, ao utilizar o termo estrutura, Braudel de forma engenhosa acaba historicizando este conceito, empregando-o para expressar as realidades, arquiteturas e fenômenos de longa duração, isto é, estruturas da longa duração histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Marc Bloch, o historiador, ou o intelectual, deve assumir seu compromisso social com o tempo presente e com a sociedade em que vive, não podendo se omitir de seu papel e sua responsabilidade no rumo da sociedade e seu futuro.

Em 1941, a sua ruptura com Lucien Febvre o faz deixar de se comprometer com os *Annales*. É no contexto dessas mudanças e da segunda grande guerra que Marc Bloch escreveu sua *Apologia da História*, na qual procura responder a questão “para que serve

a história?”, num momento complicado para a civilização ocidental, procurando responder sobre o papel do historiador e quais os elementos necessários para o seu ofício nesse conturbado momento.

A sua *Apologia da História* trata-se de uma síntese de suas reflexões sobre o objeto da história, os métodos e técnicas dessa ciência, o que é fato histórico e qual sua análise por parte do historiador, assim como não deixa de abordar a questão do tempo histórico. Não obstante, também procura tratar do método adequado para os testemunhos e as fontes historiográficas e a natureza das verdades históricas. Esta obra, além de representar o síntese do percurso intelectual de Marc Bloch, também representa a experiência dos primeiros *Annales*, destacadamente no que se refere às suas lições metodológicas. Por essas razões, podemos dizer que esta sua célebre obra, apesar de incompleta, concretizou os progressos feitos pela ciência histórica no início do século XX. Não obstante, sua contribuição dada a metodologia histórica neste texto sobre o *Ofício do Historiador*, permanecem válidas e atuais.

No entanto, verifica-se o surgimento de uma nova perspectiva a partir dos trabalhos de Fernand Braudel que vão caracterizar o que podemos denominar de segundos *Annales*. Com Braudel, inicia-se a introdução das problemáticas da história das civilizações, assim como do vínculo entre a histórica e a economia, a geografia e a sociologia, destacadamente com suas reflexões sobre os diferentes tempos e a perspectiva de longa duração histórica. Essa base possibilitou o desenvolvimento daquilo que podemos denominar segundos *Annales*, com a direção de Braudel.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BURKE, Peter. **A revolução francesa na historiografia: a escola dos Annales: 1929-1989**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.



REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 15-34.

REIS, José Carlos. Os *Annales*: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 25-49.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.